



OS CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PROPOSTOS PELA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS FINAIS E A PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA

Paula Savegnago Rossato

Linha 10 – Pesquisa acadêmica em Educação

Resumo: Pretende-se com esse documento fazer uma breve análise de como os objetos de conhecimento e habilidade de geografia, elencados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) podem contribuir para que o estudante se desenvolva segundo o escopo da Pedagogia Ontopsicológica. Considerando os objetos de conhecimento elencados dentro do eixo temático o Sujeito e Seu Lugar no Mundo, para os quatro anos finais do ensino fundamental dentro do componente curricular de Geografia, se discutiu a possibilidade de uma abordagem metodológica que permita o “Sujeito Fazer e Saber Si Mesmo”. Destaca-se também a importância de pensar esse processo todo segundo o conceito de Pedagogia que Meneghetti (2014) traz, “a arte de como coadjuvar ou evoluir uma criança a realização”. Dessa forma todos os assuntos a serem considerados em sala de aula e no ambiente educacional como um todo deve ter sempre como protagonista o sujeito aprendente, pois, somente ele tem as indicações do que e de que forma os conceitos abordados, vão lhe trazer a realização e o autoconhecimento.

Palavras-chave: Geografia; Pedagogia Ontopsicológica; Aprendizagem.

1. Introdução

O ensino de geografia que é feito nas escolas, ainda apresenta em muitos momentos do estudo do espaço geográfico, que o objeto de estudo da geografia, uma abordagem que separa o ambiente e o homem. Ao estudar alguns elementos ditos “naturais” não se faz a conexão desses com o homem que por fazer parte do planeta Terra e atuar nele dinamicamente sofre as consequências dos elementos naturais e também influencia o seu funcionamento e atuação, inúmeras vezes. Soma-se a essa abordagem de dicotomia de homem X ambiente, o enfoque inúmeras vezes dado as construções humanas como sendo algo contrario ao ambiente, passando a informação de que a obra humana é o grande problema para o ambiente, pois toda e qualquer intervenção que o homem faça no ambiente é considerada como degradação do ambiente natural.

O que se verifica na atualidade é a busca por parte de inúmeros geógrafos em elaborar estudos inter-relacionando os aspectos sociais com os ambientais. A dicotomia entre geografia física e geografia humana ainda está presente, no entanto, os esforços para a integração são crescentes. (COSTA & ROCHA, 2010, p. 53-54)

Acredita-se que esses dois pontos interferem muito na formação do sujeito como ser pertencente e responsável por esse planeta. Primeiramente, porque não consegue se enxergar inserido em meio à natureza e que com ela deva estabelecer uma relação sustentável para a sobrevivência de todos.

Essa situação acaba preocupando de mais algumas pessoas, que então estabelecem uma relação de contemplação apenas, do ambiente natural, sem interação. E outras pessoas agem com total desresponsabilização, visto que “já está tudo tão alterado mesmo”, ou ainda, promovem um discurso de que “eu não posso mudar nada sozinho,” ou seja, em ambos os casos, não há uma reflexão sobre a possibilidade de que haja uma relação que se configure positivamente para que homem e ambiente se desenvolvam de forma a promover uma interação sustentável.

Diante de uma proposta curricular para todo o território brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para educação básica, como trabalhar os conteúdos de geografia de modo a romper com as questões expostas anteriormente? A abordagem metodológica considerando o escopo da Pedagogia Ontopsicológica e uma postura docente segundo o conceito de Pedagogia, podem trazer benefícios para superar essas questões já tão fortemente enraizadas na aprendizagem de geografia?

Para romper com a prática tradicional da sala de aula, não adianta apenas a vontade do professor. É preciso que haja concepções teórico-metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro, a capacidade de ler o mundo da vida e reconhecer a sua dinamicidade, superando o que está posto como verdade absoluta. É preciso trabalhar com a possibilidade de encontrar formas de compreender o mundo, produzindo um conhecimento que é legítimo. (CALLAI, 2005, p. 231)

Com a abordagem teórico-metodológica da Pedagogia Ontopsicológica que possibilita a produção de conhecimentos legítimos, pode-se conseguir o desenvolvimento integral do aluno com capacidade e criatividade para agir positivamente o meio onde está inserido.

2. Desenvolvimento

2.1 A pedagogia ontopsicológica

Partindo do conceito de Pedagogia, Meneghetti (2014, p. 14) (...) “é a arte de como coadjuvar ou evolver uma criança à realização”. E considerando também o escopo prático da Pedagogia Ontopsicológica, Meneghetti (2014, p. 14) “*educar o sujeito a fazer e a saber si mesmo: fazer uma pedagogia de si mesmo como pessoa líder no mundo, educar o eu lógico-histórico com capacidades e condutas vencedoras*”. Diante dessas premissas que indicam, o que, deve se realizar quando se pensa a educação escolar, é necessário esclarecer também como deve ser o agir enquanto docente para que a relação com o estudante contemple o conceito de Pedagogia aqui exposto, e para que os estudante alcancem com sucesso o escopo da Pedagogia Ontopsicológica.

Pensando que o professor é o adulto e que portanto, é o responsável por orientar os encontros que objetivam a aprendizagem do estudante, ele deve adotar uma postura que permita o estudante realizar atividades que os conduzam ao autoconhecimento e a realização. Assim, surge o questionamento, como se faz essas atividades? Qual postura deve ser adotada por esse professor?

Meneghetti (2014, p. 20) esclarece como deve ser tratada uma criança para que ela possa cultivar o seu projeto de natureza a fim de se conhecer e se realizar. *“Toda forma de ensinamento, de pedagogia, deveria consentir a autóctise histórica à encarnação do espírito, por meio da qual cada criança acontece neste mundo, sem jamais alterar a necessidade do seu interior, é já sumo e irrepetível.”*

Os ensinamentos devem aprimorar a obra que cada criança já apresenta, oferecer subsídios para que cada criança possa alimentar as necessidades de seu interior tornando-se cada vez mais autônoma e protagonista do seu próprio projeto, tornar-se um ser humano útil e funcional a si mesmo e também à sociedade em que está inserido.

Desse modo, o professor dentro do ambiente escolar precisa atender as demandas já estabelecidas pelas próprias normas de funcionamento, dentre elas cada escola tem seu próprio projeto político pedagógico, como também seu currículo, onde estão dispostos quais conceitos cada área do conhecimento precisa desenvolver para atender ao que é estabelecido pelas leis e normas de cada Estado dentro do ambiente educacional. Mesmo tendo essas situações como já postas e muitas vezes impostas é o professor que direcionará a forma de abordagem dos conceitos a serem desenvolvidos e habilidades a serem alcançadas, e assim tomarem posse das definições conceituais a ponto de usá-las para resolver suas demandas diárias, que por sua vez vem a ser o desenvolvimento de competências, o qual se fundamenta a própria BNCC.

Assim cada professor possui alguns pontos fixos que não podem ser trocados, mas podem ser usados como instrumento ao desenvolvimento do estudante e não como limitação, parte-se do que a lei estabelece para se chegar onde a identidade de cada criança à levar. Assim, Meneghetti (2014, p. 20) diz que:

A educação não deve ser proposta com um diktat, mas como vantagem, a fim de que a criança seja vencedora neste jogo, no sincronismo améxico das múltiplas individualizações. Educando-a, não devemos impor-lhe a parte, porque desse modo mata-se o inteiro. A pior ruína que impomos as nossas crianças é ensinar-lhes cada coisa como única e absoluta, como o constante subentendido: ou assim ou mato você!

Ter um ponto de partida, orientar, instigar, conduzir, incentivar, estimular são as ações de um professor em acordo com o conceito de Pedagogia e que objetiva alcançar o escopo prático da Pedagogia Ontopsicológica, jamais deve impor ensinamentos ao vazio, ou não permitir que o estudante estabeleça com o objeto de estudo uma relação e construa a sua aprendizagem a partir de suas significações, permitindo assim inúmeras formas de apropriar-se de tal aprendizagem. *“É necessário que o adulto proponha à criança a educação como regra de vantagem, como instrumento válido de autóctise histórica, ou seja, como possibilidade de autopôr-se e metabolizar progressivamente o jogo histórico do devir pessoa, aqui e agora.”* (MENEGHETTI, 2014, p. 21)

É preciso propor à criança um constante relativismo. Deve-se lhe dar a volição que já é inteira e sadia e contemporaneamente é preciso facilitar certa adaptação da história ao seu Em Si, não vice-versa. Desse modo, consente-se a ela de ter uma encarnação feliz e de gerir os diversos setores do saber histórico-racional como instrumentos positivos de vantagem, sem saltar a processualidade do devir histórico, porque primeiro é preciso viver, depois se pode escolher viver melhor. É preciso ensiná-la a apreender

e metabolizar a processualidade histórica, sem saltá-la, de outro modo perde a sua autopoção mundana. Provocá-la a apreender bem o jogo externo porque assim, quando grande, saberá realizar os jogos do ser e da existência, não terá necessidade de nenhum mestre, porque saberá sempre fazer a síntese perfeita entre o seu Em Si e o verbalizado histórico, a síntese que dará novamente a sincronia entre existir e ser.

Nesse contexto de uma educação escolar com protagonismo do sujeito aprendente, com prioridade sempre a contemplação das especificidades de cada projeto existente em cada estudante, não se pode perder de vista que todos esses individuais projetos compartilham de um mesmo palco chamado sociedade e é preciso saber viver e conviver nesse cenário de forma a promover o desenvolvimento. Desse modo é preciso ter clareza do movimento social, suas normas e necessidades, procurando sempre mostrar o possível caminho de conciliação entre a realidade mundana e o desenvolvimento do projeto individual de cada um.

Ressalta-se aqui a importância cada vez maior dos conhecimentos geográficos, na formação do sujeito, que tem como objeto de estudo a ação da sociedade cotidianamente, esse conhecimento é imprescindível quando se pensa em promover adaptações da história ao Em Si de cada estudante.

2.2 Os Conteúdos Curriculares da BNCC do Ensino Fundamental II

Pensar a geografia escolar, ou qualquer outra disciplina que faz parte da grade curricular da escola, sempre vem acompanhada de alguns questionamentos. Porque ensinar esses conteúdos? Poderíamos ensinar outros? Quais conteúdos de fato são importantes para os estudantes? O que queremos formar com tais conteúdos? E outras tantas perguntas que surgem na mente dos professores e porque não de alguns alunos também quando se trata de pensar os conteúdos elencados no currículo escolar.

Sacristán (2007) nos diz que a discussão sobre o que ensinar centrada no currículo com vistas aos fins e conteúdos é da tradição anglo-saxã, expandindo-se posteriormente, sendo essa, uma discussão muito heterogênea e dispersa, pois há inclusive quem despreze a análise de conteúdos nos currículos ficando apenas com a organização e o manejo. Dito isso justamente para esclarecer que essa é uma discussão muito complexa e que permanece até os dias atuais, seguiremos a análise do documento orientador nacional dos currículos escolares considerando o que está posto como conteúdo mínimo sem fazer essa análise de ser ou não apropriado. Partiremos do que se tem para analisar e verificar até onde podemos chegar dentro da proposta dessa análise referente ao escopo prático da Pedagogia Ontopsicológica.

No ano de 2017 foi homologado no Brasil um documento que estabelece um currículo mínimo a ser desenvolvido pelas escolas de ensino fundamental, a Base Nacional Comum Curricular. Esse documento serve para que as instituições educacionais possam uniformizar os seus conteúdos mínimos em todo o território nacional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os

alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p. 7).

Esse documento está pautado no princípio da aprendizagem pelo desenvolvimento de competências, a BNCC considera a aprendizagem a partir do desenvolvimento de competências e para isso elenca 10 competências como sendo as competências gerais que todo aluno da educação básica deverá desenvolver ao longo dos seus anos de estudo.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴. (BRASIL, 2017, p. 8).

Trabalhar a aprendizagem através do desenvolvimento de competências, é tornar o saber teórico em saber prático que possa trazer mais significado a tudo aquilo que o estudante precisa dar conta durante a educação básica, é também dar ao estudante o protagonismo de sua aprendizagem, pois para desenvolver competências o estudante deverá encontrar a seu modo formas que o farão competente em determinado assunto, situação ou acontecimento.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL 2017, p. 13).

Cabe ao condutor ou mediador desse processo de aprendizagem por competências ter a clareza do que está exposto no documento orientador curricular (nacional, estadual, municipal e escolar) para atentar que os estudante tenham contato com todos os temas ali propostos. Deve-se então adquirir uma postura de questionador para levar os estudantes a reflexão de tais temas a serem abordados no desenvolvimento de tais competências. Além das 10 competências gerais, a BNCC também apresenta competências específicas para cada área do conhecimento e também para cada componente curricular que compõe as áreas do conhecimento.

Dessa forma no que se refere a área das ciências humanas, existem 7 competências a serem desenvolvidas que priorizam a formação integral do ser humano e seu caráter investigador, questionador e problematizador, não esquecendo que também é necessário, para não dizer fundamental, ser solucionador ou pelo menos elencar possíveis soluções diante das realidade a serem investigadas, por isso nos anos finais a área da humanas deve:

(...) aprofundar os questionamentos sobre as pessoas, os grupos humanos, as culturas e os modos de organizar a sociedade; as relações de produção e de poder; e a transformação de si mesmos e do mundo. O desenvolvimento das habilidades voltadas para identificação, classificação, organização e comparação, em contexto local ou global, é importante para a melhor compreensão de si, do outro, da escola, da comunidade, do Estado, do país e do mundo. Dá-se, assim, um passo importante para a responsabilização do cidadão para com o mundo em que vive. Em suma, a área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais. (BRASIL, 2017, p. 356).

No Ensino fundamental II fazem parte da Área das Ciências Humanas o componente curricular de Geografia e de História. Cabe a geografia dar conta do entendimento do Espaço Geográfico, principalmente no que se refere as relações que acontecem nele, tendo o sujeito como principal ator desse espaço.

a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (BRASIL, 2017, p. 357)

A geografia escolar pensada e proposta pela BNCC, visa a formação do estudante para que entenda as relações dinâmicas entre sociedade e natureza podendo interferir de maneira responsável para que ambos possam continuar sobrevivendo através de uma relação simbiótica.

Nos anos finais se busca expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social e de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas. (BRASIL, 2017, p. 362)

3. Resultados

Considerando nesse contexto apenas os conteúdos referentes ao ensino de geografia, que compreende a área das ciências humanas, encontraremos tanto no ensino fundamental I quanto no fundamental II, a divisão em eixos temáticos, para estabelecer os conteúdos mínimos obrigatórios. Dentre os eixos temáticos existentes iremos, nessa oportunidade, analisar o primeiro que aparece no documento, que tem como título o Sujeito e seu Lugar no Mundo com a intenção de verificar a possibilidade de pensar a geografia a partir da Pedagogia Ontopsicológica.

No 6º ano encontramos o seguinte objeto de conhecimento: *Identidade sociocultural* com as seguintes habilidades a serem desenvolvidas: Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.

Para tanto, no 6º ano, propõe-se a retomada da identidade sociocultural, do reconhecimento dos lugares de vivência e da necessidade do estudo sobre os diferentes e desiguais usos do espaço, para uma tomada de consciência sobre a escala da interferência humana no planeta. (BRASIL, 2017.p.381)

Considerando o objeto e as habilidades elencadas para esse ano no eixo temático em análise, para desenvolver atividades que tenham relação com o conceito de Pedagogia e o escopo prático da Pedagogia Ontopsicológica, deve se partir da escuta de como cada estudante compreende os conceitos de paisagem e lugar, conceitos que são estruturantes da ciência geográfica e que levam em consideração a identidade de cada um e sua percepção. Estar atento as análises dos estudantes no que se refere a transformação do espaço geográfico para perceber o quanto de protagonismo e responsabilidade vão expressar em suas análises. Também as formas como vão expressar deve ser observada, pois vão indicar as afinidades de cada um, estar sempre atento as suas posturas e incentivar sempre, naquilo que se sobressaem, mas nunca deixar de desafiá-los com atividade que não estão acostumados para se conhecerem cada vez mais em suas potencialidades.

No 7º ano, como objeto do conhecimento: *Ideias e concepções sobre a formação territorial do Brasil*, e a habilidade: Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.

Esse objeto e a habilidade conseguem promover o debate sobre o que se pensa e o que se é. Através do tema expansão territorial pode-se despertar nos estudantes a busca pela informação original assim como a busca pelo seu eu original, pois nem tudo que nos contam e encontramos escrito é necessariamente a real informação e isso inclui também quem somo e o que pensamos que somos.

Para os estudantes do 8º ano os objetos de conhecimento proposto pela BNCC com suas respectivas habilidades são: *Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais*. Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes. *Diversidade e dinâmica da população mundial e local*. Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial. Analisar aspectos representativos da dinâmica demográfica, considerando características da população (perfil etário, crescimento vegetativo e mobilidade espacial). Compreender os fluxos de migração na América Latina (movimentos voluntários e forçados, assim como fatores e áreas de expulsão e atração) e as principais políticas migratórias da região.

Nesse ano fica mais evidente o contexto mundial como cenário para os objetos de conhecimento e assim pode-se conduzir o estudante a conhecer a sua história e sua origem enquanto etnia do Planeta Terra, decodificando assim muitas de suas características, para entender que muito daquilo que imagina ser seu comportamento original está associado ao comportamento da sociedade onde está inserido. Para se chegar ao desenvolvimento dessas habilidades é

necessário que o estudante busque por informações e perceba o seu papel enquanto ser vivente desse planeta capaz de interferir, com pequenos atos em uma dinâmica global.

Para o 9º ano os objetos de conhecimento e habilidades são: *A hegemonia europeia na economia, na política e na cultura*. Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares. *Corporações e organismos internacionais*. Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade. *As manifestações culturais na formação populacional*. Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças. Relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais. (BRASIL, 2017, p. 384-393)

No último ano do ensino fundamental os objetos de conhecimento e suas respectivas habilidades direcionam os estudos para o entendimento do contexto mundial no que se refere a situações de poder e soberania de povo, país e corporações. Tendo como base para pesquisas e estudos, essa situação para que se realize, identificações, relações e análises é possível fazer com que o estudante entenda o quanto é bombardeado cotidianamente por informações externas que se não estiver sempre muito atento acaba entendendo como se fosse características e necessidades suas, quando na verdade são os movimentos das massas sociais que conduzem as suas escolhas e não o seu projeto original.

Observa-se que pode-se usar os objetos de conhecimento já preestabelecidos e assim mesmo desenvolver uma aprendizagem geográfica que considera a dinâmica do espaço geográfico onde cada elemento tem seu papel e sua história inclusive o homem, a abordagem se refere sempre ao todo composto por parte que importam de forma igualitária.

Assim, a geografia por ter como objeto de estudo o espaço geográfico, palco de todas as atividades humanas, pode contribuir largamente para a o desenvolvimento do escopo da Pedagogia Ontopsicológica, desde que o condutor desses estudos (professor) tenha sempre como diretiva o conceito de pedagogia aqui descrito. Pois dessa forma se entende que o externo é o cenário que temos onde devemos estar em constante atuação, sabendo interagir de forma responsável tanto com o ambiente circundante como com a sua própria integridade enquanto um projeto da natureza. Conhecer cientificamente os elementos e fatores naturais, a história da trajetória humana presente em cada situação e contexto é fundamental para a partir daí entender “quem sou” em meio a sociedade global, que está em mim, mas que não pode e não deve ser EU.

4. Considerações finais

A realidade precisa ser compreendida e considerada por como se apresenta, assim devemos buscar sempre as soluções possíveis que possam dar viabilidade a todo tipo de existência.

Conhecer a história dos fatos é de fundamental importância para compreendê-los, mas também é preciso considerar o contexto atual onde acontecem, e a partir daí interferir de forma positiva, ficar apenas na constatação de que as coisas não estão funcionando de forma correta também não provoca a mudança que se quer ver acontecer. É preciso agir e esse agir deve sempre iniciar pela pessoa enquanto indivíduo nas suas pequenas ações cotidianas.

Cada vez mais se percebe o quanto esse processo precisa iniciar cada vez mais cedo por isso fica muito claro o quanto desenvolver a aprendizagem geográfica segundo a Pedagogia Ontopsicológica é fundamental na escola, pois é através dela que qualquer novidade poderá ser assimilada de forma a fazer significado e diferença em quem ela impacta. Os conteúdos que a BNCC traz para o ensino de geografia podem, se trabalhados pelos princípios da Pedagogia Ontopsicológica, construir um entendimento elevado a partir dos fenômenos e eventos estudados, considerando também as habilidades que esse documento elenca.

5. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: DF, 2009.

CALLAI, H. C. **Aprendendo a Ler o Mundo: A Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005 231
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

COSTA, F. R. da; ROCHA, M. M. **Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares**. Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino. Vol. 01, Nº 02, 2º SEM/2010.

MENEGHETTI, A. **Pedagogia Ontopsicológica**. 3.ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.

SACRISTÁN, J. G.(org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2007